



## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

VOTO Nº 4101/2012

PROCEDIMENTO MPF Nº 1.22.005.000350/2012-55

ORIGEM: PRM – MONTES CLAROS / MG

PROCURADOR DA REPÚBLICA: ALLAN VERSIANI DE PAULA

RELATOR: JOSÉ BONIFÁCIO BORGES DE ANDRADA

**MATÉRIA:** Peças de Informação. Eventuais crimes de ofensa às forças armadas, denúncia caluniosa e comunicação falsa de crime praticados por militar contra militar (CPM, arts. 219, 343 e 344). Revisão de declínio (Enunciado n. 32 – 2ª CCR). A análise de referidos fatos está submetida à alçada da Justiça Militar da União (CPM, art. 9º, inc. II, c/c o art. 124 da CF/88). Ausência de atribuição do Ministério Público Federal. Homologação do declínio de atribuição ao Ministério Público Militar.

### HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

Não ocorrendo, com a infração penal, prejuízo a bem, serviços ou interesse direto e específico da União, suas entidades autárquicas ou empresas públicas, não se firma a competência da Justiça Federal, e, conseqüentemente, falece atribuição ao Ministério Público Federal para atuar no caso. Inteligência do art. 109, inc. IV, da CF.

A 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, atenta ao que consta dos autos, **HOMOLOGA O DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO**, acolhendo, como razões de decidir, os fundamentos invocados pelo membro do *Parquet* Federal à fl. 85-v.

Devolvam-se os autos à origem com nossas homenagens, para remessa ao Ministério Público Militar.

Brasília/DF, 3 de dezembro de 2012.

**José Bonifácio Borges de Andrada**

Subprocurador-Geral da República

Membro Titular – 2ª CCR